

RESENHA:**O DEUS QUE AGE**

Por G. Ernest Wright. Tradução de Sumio Takatsu
São Paulo: ASTE, 1967

Wright faz em seu texto uma apologia ao Antigo Testamento, e conseqüentemente ao seu estudo, em uma época muito mais complicada do que hoje.

Ele fazia parte de um movimento chamado Teologia Bíblica que havia surgido na Europa por volta do século 19. Teologia Bíblica defende que Deus está por trás, no controle de toda a história e faz com que ela chegue onde ele quer e o nome dessa história é “História da Salvação”.

Ele está de certa forma entre duas ideias opostas. De um lado o forte idealismo filosófico que ignora totalmente a historicidade no texto bíblico e de outro lado que hoje é conhecido como críticos liberais, que são fruto da teoria das fontes e da revelação evolutiva de J. Wellhausen de 1878 que era contemporâneo de Charles Darwin. A questão é que este pensamento surge e produz de 1890 à 1910 uma revolução no estudo do Antigo Testamento. Por esse lado foi bom, contribuiu de tal forma que Wright diz nunca ter existido nada igual em toda a história da teologia. Os eruditos eram treinados para identificar o desenvolvimento histórico, no qual os valores evoluem. Porém isso começa a ficar perigoso por dois aspectos. Primeiro: que começou a existir a busca pelas fontes em uma forte demarcação cronológica da construção do texto, que culminou na fragmentação do mesmo, e Wright vai dizer que “a história estruturalmente de ser uma só”. O segundo ponto que vem prejudicar a teologia é o fato de o desenvolvimento da revelação de Deus culminar em Cristo, o que faz com que muitas pessoas ignorem tudo que vem antes e prendem-se ao clímax da história.

Conclui-se, que ele está entre essas duas situações.

De certa forma ele diz que a Bíblia não só de ideias, é história real, cantada, mas de outro lado ele propõe que através da história chegamos a conclusões doutrinárias.

Nesta obra Wright propõe uma metodologia própria e independente, adequada à forma peculiar do testemunho e da narração dos atos de Deus na história, e questiona a adequação do uso de categorias e normas próprias da teologia dogmática na elaboração de uma teologia bíblica. Ele pretende mostrar que a teologia bíblica fundamenta-se na recitação dos atos de Deus; naquilo que Deus tem feito e nos atos do homem, culminando no que pode se chamar teologia moderna.

Entende o autor que o termo “teologia” deve ser libertado do uso exclusivo dos teólogos sistemáticos, pois para a maioria deles, a teologia deve ser feita de proposições dogmáticas tão genericamente quanto for possível; e organizadas segundo um sistema preconcebido e coerente. Assim ele procura apresentar a natureza da teologia bíblica sugerindo uma saída para a relação entre teologia e história no estudo da Bíblia.

O título “O Deus que age” ao invés de “o Deus que fala” não tem o propósito de dissociar a Palavra do ato, porém a Bíblia não é filosofia humana formada só de pensamentos, as narrativas não são mitos criados para tentar calar a ansiedade humana de saber de onde veio e o que aconteceu antes de mim, é mais que isso. Deus não somente nos fala sua vontade teoricamente através da Palavra, mas também mostra a mesma em ações. Seus feitos às vezes falam mais forte que suas palavras.

O que foi mais importante: o que Jesus disse, ou o que Jesus fez?

A Teologia Bíblica é uma reflexão sobre o significado ou o propósito da ação de Deus na história. Sempre apontando para Cristo.

Um dos pontos mais fortes deste livro é a Teologia da recitação como já foi dito, ou a proclamação dos atos de Deus, que é encontrada dentro da própria Bíblia em vários momentos no Antigo Testamento. Estas recitações eram a própria meditação e interpretação do que Deus havia feito.

Wright tem a história como veículo principal da revelação de Deus ao homem, apesar de estar numa época que sofre fortes consequências de teorias do século passado, onde os teólogos passaram mais tempo envolvidos com história em geral, pesquisando temas orientais e a comparação das religiões umas com as outras, do que propriamente a história da Igreja cristã, a ponto de no final da segunda guerra mundial, os formados em AT tinham que defendê-lo diante de outros teólogos que ao invés de se especializar em matérias teológicas iam para a filosofia, psicologia da religião ou outras matérias práticas.

A teologia esta afetada pelo idealismo e moralismo : “A bíblia não tem nada de histórico, apenas transmite ideias.” Vem de uma época onde o máximo que se poderia ouvir em um sermão era que: Deus é pai, a alma é imortal (isso é bem filosófico) e todos somos irmãos (a fraternidade).

No primeiro capítulo, o autor afirma que a mudança na compreensão do evangelho, que consiste na depreciação e desuso do AT, tem trazido consequências graves para a fé e missão da igreja. Não há obra missionária da Igreja sem o Antigo Testamento, porque sem ele não há queda do homem, sem queda não há pecado, sem pecado não necessitamos de reconciliação, sendo assim, que sentido faria anunciar um Cristo que morreu numa cruz?

A Igreja apostólica estava convicta e consciente de que os acontecimentos presentes para eles era o cumprimento daquilo que há muito tempo foi por Deus prometido, escrito e ensinado no Antigo Testamento (At 2.29-30) e também davam testemunho de Cristo fundamentado nos acontecimentos do Antigo Testamento (At 7.2-52).

Wright observa: “a Igreja Protestante se inclina a alterar radicalmente o cânon oficial da Escritura, não por um dogma explícito, mas pela prática”. Sem o Antigo Testamento temos um Cristo que surge do nada no meio da história, porém o Antigo Testamento conduz-nos ao Messias esperado. Uma destas consequências é a indisposição para se considerar o Antigo Testamento como revelação primária de Deus. O estudo do Antigo Testamento passou a ser desprezado pelas mentes mais viris e fecundas da igreja, como um exercício fútil que não tinha importância para as preocupações de seu tempo. Estudar hebraico era considerado perda de tempo e de dinheiro.

O autor se posiciona contra frases como a de um pastor do norte da China quando relata sobre o trabalho de formação missiológica: “ler o AT é como comer um caranguejo, muita casca e pouca carne. Não precisamos voltar em Elias e Moisés, é suficiente repetir o que Cristo disse.

Um exemplo contemporâneo desta situação é a Associação de Homens de Negócios e Profissionais Liberais Internacionais chamados de Gideões, que distribuem Bíblias em escolas, universidades, presídios, hospitais e lugares públicos. Porém, somente o Novo Testamento, Salmos e Provérbios.

O desprezo pelo estudo do Antigo Testamento resultou numa decadência de produções teológicas por parte dos eruditos da igreja, tanto na perspectiva da quantidade como da qualidade. Implicando também não só no desuso do Antigo Testamento na proclamação do Evangelho, mas também numa alteração desse uso em muitos círculos.

No entanto, não é possível enxergar o Messias revelado no Evangelho em sua plenitude se não olharmos para ele com as lentes do Antigo Testamento. A relação promessa-cumprimento deixa de se tornar o tema fundamental da bíblia e o propósito de Deus em tornar a terra em Seu reino não faz sentido se o Antigo Testamento não for estudado e compreendido pelos que propõem fundamentar sua teologia apenas no Novo Testamento.

Wright ressalta ainda que o que levou muitos teólogos a abandonarem o estudo do Antigo Testamento foi a incapacidade de encontrar nele um conteúdo preciso e exato, um sistema simples e coerente. O Antigo Testamento possui linguagens bíblicas concretas, poéticas, metafóricas e pitorescas, sendo, portanto não atrativo aos que tem em mente que a teologia sempre tem que ser sistemática.

A história do Antigo Israel está repleta de confrontos entre Deus e os inimigos pagãos de seu povo. Somente diante desta tensão ficava em evidência quem era Javé e a fé que os hebreus tinham no mesmo.

É feita ao longo desta primeira parte do livro uma comparação entre a religião de Israel e a religião pagã, bem como a importância da fé do primeiro para a Igreja cristã contemporânea.

O autor prova que Israel é único e todas as demais religiões são humanas e normais entre si. Até então, nada existia igual a fé de Israel.

O polidemonismo 3000 a.C. diz que os deuses estavam por trás da natureza, e os cultos eram feitos com propósito de harmonizar o relacionamento do homem com a mesma, já em Israel a natureza é simplesmente criação do poderoso e único Deus a quem o povo devia obediência.

Enquanto o povo pagão erra e sente-se culpado e desesperado devido o fato de desconhecer o sentido bíblico do pecado, da contrição e do arrependimento, sente-se indigno da benção de Deus. O povo de Deus entende que o pecado é a infidelidade para com o amor do Senhor, mas esta situação é convertida através do arrependimento humilde e manso.

O povo pagão por mais religioso que seja, vive inseguro quanto á vida aqui, desconhece o Senhor da história e não entende o significado do seu viver, o que foi chamado á fazer na terra. Porém o povo de Deus sabia ou deveria saber o sentido da sua existência dentro de um imenso plano na história.

Exemplo disso é a vida de José. Foi vendido, preso e depois governador. Para realizar um sonho seu? Não, um sonho de Deus. Tudo acontece para a continuação da história que havia iniciado em Abraão, seu avô Isaque e seu pai Jacó. O propósito salvífico de Deus para com toda a terra era muito mais importante do que um único personagem nesta grandiosa história.

No segundo capítulo, Wright apresenta a teologia como recitação dos atos de Deus na história. Ele começa chamando a atenção do leitor para compreender que a teologia dogmática manteve por muito tempo a teologia bíblica como refém. A separação da teologia bíblica da dogmática só ocorreu com o evento do pietismo e racionalismo do séc. XVIII. A base da teologia bíblica é a libertação do jugo egípcio; a formação da tradição do pacto no Monte Sinai, bem como a concepção de Deus; da história; da eleição e da organização nacional na aliança inferida desses eventos.

O primeiro a defender formalmente a distinção destas duas disciplinas foi Gabler em 1787. Gabler entendia a teologia bíblica como uma disciplina bíblica e histórica que pretende descrever o que os escritores sagrados pensaram a respeito de Deus. A teologia dogmática, ao contrário, expõe reflexões de teólogos sobre questões relacionadas a Deus, fruto de um pensamento filosófico e racional, de acordo com a época e situação em que viveram.

Wright também cita a obra de um pastor francês, Pipenbring, publicada em 1886, que propõe três etapas da história de Israel sendo a primeira o período pré-profético a partir de Moisés, a segunda a era da profecia e a terceira os períodos exílicos e pós-exílico. Se Pipenbring estiver certo, afirma, o objetivo da teologia bíblica consiste em traçar o desenvolvimento da história dos conceitos religiosos através de vários períodos bíblicos.

Mas a definição de Wright é de que a teologia bíblica é, antes de tudo, a narração teológica em que o homem bíblico professa sua fé, recitando os eventos formativos de sua história como as obras redentivas feitas pelas próprias mãos de Deus; o realismo da Bíblia consiste em sua atenção restrita para com os fatos da história e tradição por serem realmente fatos de Deus.

A teologia bíblica deve, portanto, indagar fundamentalmente porque as Escrituras possuem natureza histórica e é, então, uma recitação confessional em que a história é percebida como um problema de fé; e a fé, por sua vez, como um problema da história.

A base da fé Israelita era: a grande proclamação de que o Deus dos seus pais ouviu o clamor de um povo insignificante oprimido no Egito. Tinham sido escravos, mas agora estavam livres pela ação poderosa de Deus, que através disso se revelou aos egípcios e ao mundo.

Foram salvos pela demonstração extraordinária da graça divina, e isto, não pode ser explicável pela sorte ou casualidade. Albright, diz que esta recitação da libertação de Israel que é mencionada a primeira vez em Êxodo, mais precisamente nos capítulos 14 e 15, ocorre 120 vezes no Antigo Testamento. Textos que evidenciam isso por exemplo são Dt. 1-4 ; Js. 24:1-13 ; Sl. 105 e inclusive no Novo Testamento em At. 13:17-22.

Portanto, a doutrina de Israel não se baseou em pensamento sistemático e especulativo, mas sim, na tentativa de explicar os eventos que os estabeleceram como povo de Deus.

O texto bíblico não é formado só de sonhos, visões e coisas de outro mundo, isso tudo faz parte, acontece, mas dentro de uma história real. A Páscoa não se sucede só porque Israel pensou que entre tantos povos eles haviam sido eleitos, mas tudo está girando em torno de uma promessa feita em Gênesis 1, a Noé o Arco Íris lhe é dado como sinal, Abraão e a circuncisão e então o evento do Sinai e a Lei. Estes acontecimentos tiveram tempo e lugar específico dentro da história.

No terceiro capítulo, abordando o tema “O que Deus tem feito”, Wright propõe um exame para identificar que partes da recitação bíblica da atividade de Deus na história são mais importantes, considerando-se que são elas fundamentais para a compreensão e interpretação do restante das Escrituras. Para melhorar e compreender isto basta considerarmos o uso confessional que o Novo Testamento faz do Antigo Testamento e examinar a exatidão deste uso, percebendo a estrutura da história divina como a igreja primitiva a encarou.

Ele também observa que o Novo Testamento não traz um conjunto de regras de exegese pré-elaboradas. Aliás, o problema que a igreja do Novo Testamento enfrentava estava relacionado com a exposição do que significa Jesus, seu advento, morte e ressurreição.

O cristão do Novo Testamento trabalhava com o que Jesus havia ensinado, com as atividades de Deus e com as palavras que as acompanhavam no Antigo Testamento, compreendendo isto tudo por meio da atuação do Espírito Santo.

O pressuposto de Wright é que sendo Deus conhecido pelos Seus atos, a Bíblia é uma recitação confessional destes atos de Deus, juntamente com o ensino que os acompanha e à luz de situações específicas que enfrentou.

Como já vimos acima, o texto do NT trabalha três pontos principais: a encarnação do Filho, morte e ressurreição. O que faz com que o NT de certa forma seja muito mais Cristológico do que Teológico comparado com o que vimos no AT.

Além disso, para o autor, as poucas citações que são feitas do AT e no NT demonstram pouco empenho, para uma exegese cuidadosa, sem falar da forte influência rabínica que existia sobre a mesma. Mesmo assim boa parte dos vocábulos usados para expressar a obra salvífica de Cristo são retirados do êxodo, por ex: “redimir”, “redenção”, “resgate”, “aquisição”, “jugo” e “liberdade”.

O NT está repleto de antítipos em relação ao AT. São pessoas, atos e eventos que possuem além do seu sentido literal, um propósito divino para orientar o povo de Deus em fatos maiores e mais completos no futuro.

No quarto capítulo, que traz o título “O que o homem tem feito”, Wright volta toda sua atenção em direção do ensino bíblico a respeito do homem. A Bíblia não é um tratado de antropologia nem tão pouco um manual a respeito do ser de Deus. Porém sua pergunta é: Que espécie de ser é este que Deus criou e com o qual decidiu entrar em diálogo e conviver? A resposta óbvia é: Deus decidiu ter comunhão com o homem; de chamá-lo para a obediência e de zelar graciosamente ao dirigir sua história.

Wright entende que é difícil falar de uma doutrina Bíblica da natureza do homem, a não ser se for interpretada nas linhas da Teologia como recitação. Pois não entende que a relação entre Deus e o homem possa ser desenvolvida como doutrina, mas sim como um acontecimento numa estória. Diz que a Bíblia “nada afirma” a respeito de Deus como ele é em si e como o homem é em si.

O quinto capítulo que trata do tema: “Da recitação à teologia moderna”, inicia seus argumentos com a afirmativa de que na igreja cristã, o tema revelação é concebido como doutrina infalível que, por sua vez, é sustentada pela citação de numerosos textos bíblicos comprobatórios. Já a teologia bíblica tem como tema a recitação da fé com respeito aos eventos únicos da história bíblica, junto com as conclusões e interpretações que a Palavra na fé bíblica tirou daqueles eventos ou associou com eles por meio do historiador, do profeta, do salmista, do apóstolo e do evangelista.

O autor argumenta que ao extrairmos doutrinas das escrituras sustentadas pela citação de numerosos textos, estamos desvirtuando a Bíblia pelo fato da mesma não nos apresentar doutrinas de forma sistemática. Diz que só podemos conhecer Deus através de suas ações. Wright declara que a Bíblia não é fundamentalmente a Palavra de Deus, mas o documento dos atos e ações de Deus. A ênfase do autor é na historicidade da Bíblia, acha que não podemos fundamentar nela de forma sistemática, para a construção de doutrinas. Assim ele acaba reduzindo a revelação das escrituras em um mero livro histórico.

Wright expõe que a mitologização da Bíblia nos leva a uma indiferença sobre os fatos, já não faz diferença se eles ocorreram ou não, pois tudo é mitologia. O mito torna a nossa fé sem fundamento e a Bíblia um aglomerado de mitologias.

Ao concluir, Wright teceu argumentos a respeito de considerar a história bíblica como mitologia mostrando disto a impossibilidade da mesma ser chamada de teologia da recitação. Diz ainda que sendo obrigado a dar uma definição racional diante da fé bíblica, faria mais sentido para ele a designar mais como a história interpretada da fé do que chamá-la de mitologia.

Nos seus aspectos é uma obra importante para a compreensão das escrituras sobre a perspectiva da interpretação bíblica e, portanto, aceitável aos que procuram ir mais além ao assunto.

A abordagem que o autor faz acerca da distinção da teologia bíblica e dogmática em termos pormenorizados, fornece ao leitor uma perspectiva diferente para o estudo da bíblia principalmente quando o mesmo já está acostumado a sua leitura, pensar sistematicamente ajuntando uma porção de textos que de forma coerente melhor comprovam uma argumentação doutrinária.

Dá bons motivos para se re-estudar o Antigo Testamento mostrando a sua importância e também nos fazendo perceber a importância do mesmo para a compreensão dos eventos e ensinamentos do Novo Testamento.

O autor afirma que o fundamento da teologia bíblica é uma recitação confessional em que a história é percebida como um problema de fé. Aqui está a chave para a compreensão de muitas verdades das Escrituras que, por meio de uma leitura sistemática. Incentiva a reler a fé a partir da história e olhar a história no âmbito da fé, enxergando na mesma os atos de Deus e seu significado para o momento em que ocorreu. É preciso ter cuidado, no entanto, para não ficarmos perdidos no primeiro horizonte sem conseguir extrair dos atos de Deus significados relevantes para nosso tempo. Estudar a bíblia nesta perspectiva da teologia bíblica permite entendê-la da maneira que o Espírito Santo a dispôs e no sentido mais próximo original. Isto faz sentido principalmente por causa da concepção de que Deus é Senhor da história e nela se revela.

Luiz Carlos da Silva Filho

Ministro do Evangelho*

Ministério Bíblico Palavra Viva

luizcarlos@mbpalavraviva.org



(0xx51) 9319-1695

* Ministro do Evangelho no Ministério Bíblico Palavra Viva, São Leopoldo/RS. Pós-Graduando Especialização Aconselhamento Pastoral pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil. Membro Associado Conselheiro Bíblico pela ABCB - Associação Brasileira de Conselheiros Bíblicos. Membro Certificado Conselheiro Cristão Pastoral pela IACCP - International Association of Christian Counseling Professionals.